

LEI MUNICIPAL N° 583 DE 17 DE SETEMBRO DE 2025

“DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE LOTERIA MUNICIPAL NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE ITAPAGIPE/MG, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

O Prefeito do Município de Itapagipe, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, faz saber que a Câmara Municipal APROVOU, e ele SANCIONA a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituído no âmbito do município de Itapagipe/MG, o serviço público municipal de loteria, que observará as diretrizes gerais estabelecidas pela União e será explorado na forma do artigo 175 da Constituição da República, permitindo o estabelecimento de parcerias, convênios, consórcios e demais disposições legais que visem à maior eficiência do serviço público.

Art. 2º - A exploração de serviço de loteria de que trata esta Lei, considerará como modalidades lotéricas as previstas em Lei Federal.

§ 1º - É vedada a exploração de qualquer modalidade lotérica não autorizada em Lei Federal.

§ 2º - Para os fins desta Lei, considera-se jogo lotérico toda operação, jogo ou aposta, na modalidade de concurso prognóstico, para obtenção de prêmio em dinheiro ou em bens de outra natureza.

Art. 3º - O serviço público de loteria municipal a que se refere esta Lei, será explorado diretamente ou indiretamente pelo Poder Executivo Municipal, a quem compete autorizar, credenciar, fiscalizar, conceder, permitir e gerir todo o serviço de loteria podendo delegar tais competências a outros órgãos da Administração Pública Municipal.

Art. 4º - A outorga da exploração de serviços de loteria municipal de que trata esta Lei, será precedida de processo licitatório na modalidade cabível.

Art. 5º - A empresa executora do serviço público de Loteria Municipal decorrente de parceria, concessão ou permissão, se responsabiliza pela fixação dos valores das apostas, elaboração dos planos de sorteio, pelo fornecimento de equipamentos, pela distribuição, pelas vendas e pela publicidade, pela credencial dos agentes distribuidores

e revendedores nomeados pela municipalidade, pelo pagamento dos prêmios e pelo controle administrativo, financeiro e estatístico de vendas, arrecadação e recolhimento dos tributos incidentes.

Art. 6º - Será permitida a utilização de meio físico ou virtual para a captação de apostas e comercialização de bilhetes.

Art. 7º - Os prêmios não reclamados no prazo de 90 (noventa) dias contados da data da divulgação do resultado, serão dados como prescritos e os valores revertidos a bem da Administração Pública.

Art. 8º - O produto da arrecadação total obtido por meio da exploração do serviço público de loteria, incluindo os prêmios prescritos, será destinado da seguinte forma:

I - Ao pagamento de prêmios e respectivo imposto de renda;

II - Ao pagamento de despesas operacionais; e

III - Ao financiamento das áreas sociais, tais como: previdência, saúde, educação, esporte, turismo, assistência social, transporte e segurança pública.

Art. 9º - O Poder Executivo Municipal definirá, na forma da Lei vigente, o órgão da Administração Pública Municipal que disciplinará a forma de utilização dos valores arrecadados, observadas as diretrizes de governo, inclusive quanto ao imposto de renda incidente sobre a premiação.

Art. 10 - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a regulamentar a presente Lei mediante Decreto ou através de outras normas complementares que se fizerem necessárias.

Art. 11 - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas na Lei Orçamentária vigente, ficando, desde já, autorizadas as adequações nas leis de Planejamento (PPA, LDO e LOA), incluindo, se necessário, a abertura de créditos adicionais especiais e suplementares.

Art. 12 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as suas disposições em contrário.

Itapagipe/MG, 17 de setembro de 2025.

RICARDO GARCIA DA SILVA
Prefeito